

NARRATIVAS VISUAIS DE UM XAKRIABÁ: DESCONSTRUINDO SIGNIFICADOS COLONIAIS

VISUAL NARRATIVES OF A XAKRIABÁ: DECONSTRUCTING COLONIAL MEANINGS

Randra Kevelyn Barbosa Barros¹
Mestre em Estudo de Linguagens
Universidade do Estado da Bahia
(randrakevelyn@gmail.com)

RESUMO: Os povos indígenas ainda são encapsulados em imagens e representações que pouco dizem sobre suas vivências, mas refletem a ótica colonial que construiu estereótipos sobre esses sujeitos. Segundo Stuart Hall (2016), as estratégias de estereotipagem buscam fixar significações atribuídas ao outro pela perspectiva dominante. No caso dos indígenas, notamos esse processo se configurar em três vertentes principais. Houve o apagamento das especificidades de cada etnia em prol da invenção de uma categoria racializada homogênea (“índio”/“indígena”). Pensou-se em um lugar para os sujeitos serem fixados (aldeia), retirando-lhes a mobilidade. Ocorreu o aprisionamento das culturas em um tempo longínquo (passado colonial), que não admite pensá-las em uma perspectiva contemporânea. Essas ideias fundamentam uma narrativa hegemônica que tem sido questionada por integrantes do grupo, no intuito de elaborar as próprias representações de si. Edgar Kanaykō (2018), do povo Xakriabá (Minas Gerais), contribui com esse protagonismo ao utilizar a câmera fotográfica para capturar imagens que expressam diferentes configurações identitárias a partir de seu ponto de vista. O objetivo desse artigo é examinar a construção dos estereótipos em relação a esses povos e analisar as narrativas visuais tecidas em fotografias de Kanaykō (2018). Por meio desse estudo, busca-se demonstrar como o trabalho do artista contribui para que novas práticas representacionais sejam elaboradas a partir do olhar de um Xakriabá.

Palavras-chave: Estereótipos. Identidades indígenas. Edgar Kanaykō. Fotografia.

ABSTRACT: The indigenous folks are still encapsulated in pictures and representations that say little about their experiences, but reflect the colonial optics that have built stereotypes upon these subjects. According to Stuart Hall (2016), the strategies for stereotyping aim to fix meanings attributed to the other from the dominant perspective. In the case of indigenous, it is perceivable, a process settled in three main strands. There was an erasure of each ethnicity's specificity in favor of the invention of one only homogeneous racialized category (“indigenous”). It was thought of a place for these subjects to be stuck in (village), taking mobility from them. Lastly, it occurred the imprisonment of cultures in a distant time (colonial past) that allows no contemporaneous perspective in which they could be thought about. These ideas are the fundamentals of a hegemonic narrative that has been questioned by members of the group, in order to elaborate their own representations of themselves. Edgar Kanaykō (2018), from Xakriabá people, from Minas Gerais, contributes to this protagonism by using a photographic camera to capture images that express different identity configuration from his viewpoint. The objective of this article is to examine the construction of stereotypes related to these people and analyze the visual narratives pictured in Kanaykō's photographs. Moreover, this study aims to demonstrate how the work of the artist contributes to new representational practices to be elaborated by the view of a Xakriabá.

¹ Doutoranda, com financiamento CNPq, em Literatura, Cultura e Contemporaneidade – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3881-1063>.

Keywords: Stereotypes. Indigenous identity. Photograph. Edgar Kanaykõ.

Estereotipagem e a construção do “índio/indígena”

No início da colonização das Américas, os europeus elaboraram uma categoria racializada para classificar os habitantes do continente. Ao analisar o funcionamento discursivo dos sistemas de classificação racial, Stuart Hall (2013, p. 3) explica que “sua história moderna emerge onde povos de tipos muito diferentes têm que fazer sentido como povos de outra cultura, significativamente diferente”. Para fazer sentido à compreensão europeia, os viajantes rotularam os povos do chamado “Novo Mundo” pelo signo “índio”, a partir da ideia de terem chegado às Índias. O processo de nomeação revela o desejo de essencializar e normatizar as identidades étnicas, demarcando diferenças fenotípicas que as afastavam da humanidade europeia para assim justificar o genocídio e exploração dos habitantes.

Podemos pensar que a atribuição do significante “índio” a diferentes comunidades foi o primeiro gesto realizado na tentativa de apagar as identidades próprias, relegando ao esquecimento as autodenominações específicas de cada povo. Trata-se também de um procedimento de homogeneização porque com esse termo era possível colocar todos em um bloco único indistinguível; e a pluralidade poderia ser transformada em unidade racializada de mesma língua, crença e costume.

Refletindo sobre o processo de nomeação dos povos no contexto do Brasil, Gersem Baniwa (2006, p. 30) explica que o apelido genérico “índios” ou “indígenas” foi atribuído por um olhar externo, pois “na verdade, cada ‘índio’ pertence a um povo, a uma etnia identificada por uma denominação própria, ou seja, a autodenominação, como o Guarani, o Yanomami etc.”. O nome de cada etnia faz lembrar existências próprias, históricas, culturais e linguísticas, extremamente heterogêneas. Por isso, muitas vezes os sujeitos buscam demarcar o nome do povo em sua assinatura, como o faz Gersem Baniwa, para causar fissuras na narrativa colonial que buscou negar as especificidades humanas dos povos.

Hall (2013) afirma que raça é uma categoria discursiva e opera no deslizamento de sentido em diferentes contextos, se materializando na linguagem. Podemos considerar que os signos “índio”/“indígena” também o são, pois há uma construção imagético-discursiva que paira sob esses termos e define as comunidades a partir de uma lente colonial de objetificação. Substituir as terminologias, evitando

utilizar as denominações genéricas não seria um gesto simples, pois “enquanto a denominação índio ou indígena era negada pelos povos indígenas por ser pejorativa e desqualificadora, as identidades étnicas particulares também eram negadas ou reprimidas” (BANIWA, 2006, p. 31). Esta circunstância levou o movimento político a articular estratégias para impedir a continuidade da autonegação identitária:

Com o surgimento do movimento indígena organizado a partir da década de 1970, os povos indígenas do Brasil chegaram à conclusão de que era importante manter, aceitar e promover a denominação genérica de índio ou indígena, como uma identidade que une, articula, visibiliza e fortalece todos os povos originários do atual território brasileiro e, principalmente, para demarcar a fronteira étnica e identitária entre eles, enquanto habitantes nativos e originários dessas terras, e aqueles com procedência de outros continentes, como os europeus, os africanos e os asiáticos. A partir disso, o sentido pejorativo de índio foi sendo mudado para outro positivo de identidade multiétnica de todos os povos nativos do continente. De pejorativo passou a uma marca identitária capaz de unir povos historicamente distintos e rivais na luta por direitos e interesses comuns (BANIWA, 2006, p. 30 - 31).

A atitude de criar uma política pan-indígena para lutar em defesa dos direitos comuns e ressignificar as denominações coloniais mostra que é possível se apropriar dos signos para atribuir-lhes significações outras. No contexto das comunidades, o exercício foi importante para despertar nos sujeitos o desejo de afirmar suas identidades étnicas ao mesmo tempo em que alianças entre grupos rivais eram traçadas. Além disso, permitiu demonstrar uma força maior em mobilizações nacionais, formando uma grande articulação entre povos.

Cabe lembrar que a ressignificação ocorreu de maneira interna pelas comunidades, mas os termos ainda evocam sentidos ancorados na perspectiva dominante que rege o imaginário nacional. É possível refletir sobre como o processo de estereotipagem conduz as ideias que a população brasileira apresenta a respeito dos povos indígenas. Nesse sentido, é importante destacar as considerações de Stuart Hall (2016) sobre o funcionamento de práticas representacionais que demonstram a construção da “diferença” por meio de estereótipos. Ao analisar diferentes materiais visuais que circulam na mídia impressa, jornal, publicidade, o teórico constata que “**a estereotipagem reduz, essencializa, naturaliza e fixa a ‘diferença’**” (HALL, 2016, p. 191, grifos do autor). O outro é, portanto, fixado em determinado lugar de inferioridade e objetificação em virtude do fato de não se

encaixar em uma norma. Por isso, é definido como excluído. A estereotipagem, além de ser uma prática de fechamento e exclusão, apresenta uma estrutura binária marcada pela rigidez. Trata-se de uma forma de violência simbólica, pois coloca a “diferença” em uma ordem do controle, articulando representação, diferença e poder.

No caso dos povos indígenas, é frequente a associação ao estereótipo de que os sujeitos precisam estar fixados em um espaço (aldeias nas florestas) para poderem se identificar como ligados a uma comunidade ancestral. Esse seria um dos pressupostos para terem autenticidade. Exerce-se, portanto, domínio sobre a circulação dos corpos indígenas, limitando a possibilidade de frequentarem espaços além da aldeia.

Segundo Ailton Krenak (2018, p. 10), “não se admite a ideia de que eles têm um trânsito entre aquele lugar e o resto do mundo. O trânsito entre esses lugares tira dele a condição de índio”. De que maneira foram elaborados os princípios que determinam “a condição de índio”? O processo de estereotipagem em diversas representações sobre os indígenas, a partir do projeto colonial, enquadrou os sujeitos em um espaço sem a possibilidade de mobilidade, se mostrando um instrumento discursivo para a sociedade dominante não ter contato com essas pessoas. A estrutura binária e simplificadora do estereótipo fica evidente ao opor aldeia e cidade; o primeiro como espaço de “preservação” de identidades e culturas; o segundo ambiente se torna o lugar de perda do pertencimento identitário e cultural. Esse imaginário demonstra o desejo de tornar o “outro” longe do “eu”; ou determinar que, em caso de aproximação, automaticamente a “diferença” é apagada.

Outra faceta desse processo consiste em práticas representacionais que aprisionam os povos no passado, em uma espécie de congelamento das culturas, sem poder ter acesso às tecnologias contemporâneas, pois seria um indicativo de rasura na autenticidade. É o que Felipe Milanez e colaboradores (2019, p. 2175) chamam de **fossilização da cultura indígena**, como se fosse imutável no tempo. Nesse sentido, cabe lembrar que:

[...] se um indígena é visto utilizando um celular ou escrevendo um livro, vai receber desde os comentários supostamente inocentes, mas profundamente racistas, como “você não parece índio”, até acusações diretas como “não é mais índio”, ou é “ex-índio” (MILANEZ E COL., 2019, p. 2175).

A categoria “ex-índio” é mais uma classificação criada para determinar se o sujeito é “original”; pois ele deve corresponder a uma invenção, caso contrário lhe negam o direito de afirmar a própria identidade. O termo mostra também a necessidade de demarcar que os indígenas não podem compartilhar do tempo presente com a sociedade brasileira. Precisam estar distantes temporalmente para que suas existências sejam esquecidas ou apenas lembradas como um grupo que contribuiu culturalmente para a formação do povo brasileiro, mas já se extinguiu.

As significações atribuídas aos signos “índio/indígena” são múltiplas, desde as impostas pela cultura europeia até os sentidos apropriados pelos integrantes dos grupos. Até contemporaneamente é possível notar vestígios dos traços da redução e essencialização que as práticas representacionais sobre esses povos expõem. As denominações coloniais evidenciam o exercício de poder ao fabricar o outro: nomeando-o; fixando-o em um lugar; aprisionando-o no passado. Essas atitudes impõem uma autenticidade para os povos indígenas e mostram que a sociedade dominante quer distância desses sujeitos, seja espacial ou temporalmente. No entanto, as autorrepresentações contemporâneas realizadas por pessoas de diferentes comunidades ancestrais têm evidenciado que cada vez mais os indígenas desejam se apropriar dos espaços e desconstruir os significados coloniais ainda atribuídos às suas identidades.

Olhares sobre si através da câmera

Com o objetivo de tecer novas narrativas sobre os povos indígenas, os sujeitos têm se apropriado de diferentes linguagens para expressar vivências pouco representadas, especialmente no que tange à inserção desses sujeitos em diversos lugares. Precisamos lembrar os questionamentos de Hall (2016, p. 211): “será que um regime dominante de representação pode ser desafiado, contestado ou modificado? Quais contraestratégias podem começar a subverter o processo de representação?”. Essas provocações nos ajudam a pensar nas autorrepresentações realizadas em fotografias.

Edgar Kanaykõ, do povo Xakriabá, consegue transitar entre sua aldeia e os espaços legitimados socialmente. Viver no território de seu povo, em Minas Gerais, não impediu que cursasse universidade, se tornando mestre em Antropologia. Trabalha com vídeo e fotografia, expondo suas imagens nas redes sociais, que

funcionam como plataforma de divulgação desses materiais.

O fotógrafo explica como o seu interesse foi despertado para trabalhar com essas linguagens artísticas:

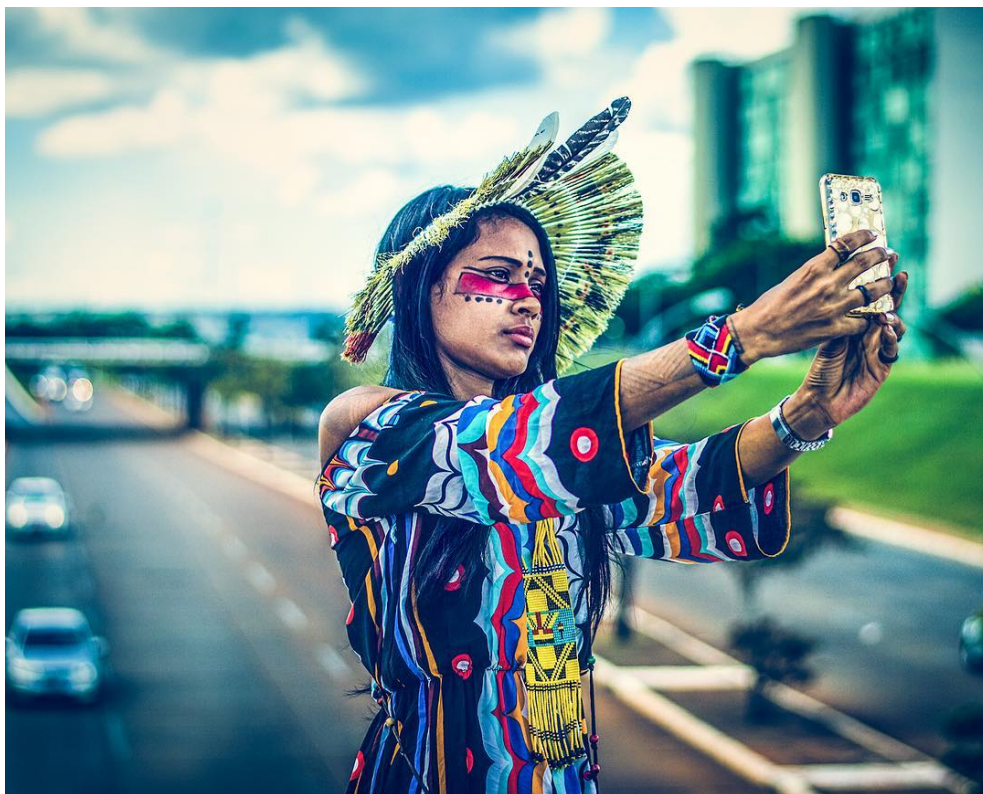
Sou Edgar Kanaykõ, do povo Xakriabá. Moro na terra indígena Xakriabá, no município de São João das Missões, no Norte de Minas. Meu interesse pela fotografia e audiovisual surgiu do próprio interesse da comunidade, quando, nos anos 2000, viu chegar a energia elétrica e, com ela, equipamentos como televisão, rádio e a câmera fotográfica. Desde então, a fotografia, que inicialmente foi vista como um perigo – pela desconhecida influência que poderia exercer sobre nossa cultura –, passou, aos poucos, a ser conhecida e percebida também como instrumento de luta e resistência (KANAYKÕ, 2020, p. 4).

Embora, em um primeiro momento, a câmera fotográfica tenha sido vista com desconfiança pelos membros da comunidade, logo os sujeitos perceberam a importância de registrar visualmente o cotidiano da aldeia. Com imagens e vídeos, seria possível divulgar como integrantes do povo Xakriabá vivenciam a própria cultura, rasurando as práticas representacionais dominantes.

É interessante notar também que o indígena, tratado como objeto em estudos antropológicos, se insere na universidade e torna-se o sujeito que produz conhecimento sobre si mesmo. Para Edgar Kanaykõ (2020, p. 4), esse gesto é importante, pois “é preciso mais do que ocupar os espaços majoritariamente ocupados por não indígenas, como a academia, é preciso desconstruir e reconstruir esses espaços com um pouco da nossa cara”. Ou seja, operar uma transformação por dentro das instituições no intuito de também retornar para o território contribuindo para a luta de direitos: “e, quando voltarmos para nossas comunidades, seremos mediadores de tantas questões, sempre com um pé no mundo e outro na aldeia. Sempre conectados uns com os outros” (KANAYKÕ, 2020, p. 4). É nesse sentido que o antropólogo captura imagens que mostram as próprias vivências e também diversas outras perspectivas sobre os povos.

O artista afirma que o seu trabalho busca causar fissuras na narrativa colonial sobre os povos indígenas, tensionando “uma influência histórica sobre essa narrativa, sempre contada por não indígenas e ilustrada, muitas vezes, por estereótipos como índios nus, morando na Floresta Amazônica e usando arco e flecha” (KANAYKÕ, 2020, p. 4). Com isso, sua proposta é disseminar outras representações sobre os indígenas a partir do uso da câmera fotográfica.

Figura 1. Olhares indígenas [Xukurú-Karirí], em Brasília (2018)



Fonte: Edgar Kanaykõ (@edgarkanayko)².

Uma mulher Xukurú-Karirí na cidade de Brasília é flagrada pela câmera de Kanaykõ. A imagem é centralizada nela, porém, ao fundo, há o movimento típico das grandes cidades: circulação de carros; prédios e viadutos. Ao mesmo tempo em que o antropólogo quer registrar a cena, a mulher deseja se autofotografar por meio de uma *selfie* no celular; sua atenção está voltada para o aparelho. Os “Olhares indígenas” se cruzam: a visão de um Xakriabá sobre a indígena de outro povo; e o olhar de uma Xukurú-Karirí sobre si mesma. Ambas as imagens são possíveis graças ao uso de aparelhos eletrônicos, seja a câmera fotográfica ou o celular. Nesse entrelaçamento, a metalinguagem da narrativa visual mostra o desejo de imagem de si, tanto se projetando em pessoas de outros povos, quanto registrando a si mesmo.

A cena produz significados novos para as práticas representacionais dos indígenas. E o deslocamento, tão negado na estereotipagem, é possível sem que a

² Fotografia publicada no perfil do Instagram de Edgar Kanaykõ. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/BkIXzCYn77N/>>. Acesso em: 20 ago. 2020.

própria identidade seja apagada. Afinal, ao mesmo tempo em que a Xukurú-Karirí está na cidade, ela também traz em seu corpo marcas identitárias que fazem referência ao seu povo (cocar, pinturas corporais, colares e braceletes). O pertencimento está inscrito no corpo, assim como a mulher utiliza aparelhos (relógio e celular) que desconstruem a ideia de fossilização das culturas indígenas, pois trata-se de um uso no tempo presente. Como explica Edson Kayapó (2013, p. 31), “ser indígena não pressupõe ficar isolado de tudo e sem acesso aos bens produzidos pela humanidade. Usaremos celulares, computadores, internet, facebook, carros, [...]. E ainda assim continuaremos sendo Kayapó, Karipuna, [...]”. Cabe lembrar também que muitas vezes esses instrumentos são apropriados para utilização em prol do fortalecimento identitário.

Ainda há uma faceta da imagem que precisa ser explorada: a *selfie* feita pela mulher Xukurú-Karirí provavelmente deve ter sido publicada em suas próprias redes sociais, nas quais pode disseminar sua visão e alcançar outras compreensões na sociedade brasileira. Na verdade, a dupla imagem deve circular pelo âmbito virtual, tal como o fez Edgar Kanaykõ quando expôs o registro em suas redes. É interessante notar esse movimento que se configura internamente na fotografia, quando uma cena é capturada; e também de maneira externa pela necessidade de publicizar essas autorrepresentações que mostram os indígenas em trânsito, nesse encontro entre um Xakriabá e uma Xukurú-Karirí, ambos deslocados do espaço da aldeia.

O trabalho de Kanaykõ não apenas quer contestar a estereotipagem mostrando uma única possibilidade identitária, que se configura circulando pelas cidades. Almeja também fotografar o cotidiano que acontece dentro da aldeia, levando a câmera para o território Xakriabá.

Figura 2. Pintura corporal Xakriabá, em Terra Indígena Xakriabá (2018)



Fonte: Edgar Kanaykõ (@edgarkanayko)³.

Em preto e branco, a figura 2 mostra a prática ancestral de pintar o corpo na cultura Xakriabá. O foco do registro é direcionado para o fundo da imagem, no homem que faz a pintura. Seu olhar se concentra no corpo do jovem à sua frente; como se estivesse diante de uma tela que exige atenção para imprimir os traçados. O peitoral já foi pintado e o momento flagrado é de inserir grafismos nas costas do jovem. Segundo Célia Xakriabá (2018, p. 45), “a pintura corporal carrega significados para além dos traços que podemos ver, a pintura veste, re-veste e nos faz sentir que temos um lugar de pertença no território do corpo”. Uma pertença ligada à comunidade, a um povo com sua própria história, língua e práticas culturais.

Cabe lembrar que “por muito tempo houve uma tentativa de tirar de nós essa prática da pintura, seja pela proibição, seja pelo constrangimento ao qual nos expunham os não índios” (XAKRIABÁ, 2018, p. 44). Apesar do histórico de sofrerem com essa opressão, os Xakriabá conseguiram manter o uso desse símbolo cultural, e por vezes circulam fora da comunidade com os grafismos para mostrar a própria demarcação identitária. O ato de pintar-se, portanto, é uma prática atual que tanto demonstra um fundamento da etnia quanto reflete a resistência à imposição de abandonar o uso de pinturas. Trata-se de um gesto de presentificar elementos culturais e ancestrais que fortalecem a identidade do grupo.

³ Fotografia publicada no perfil do Instagram de Edgar Kanaykõ. Disponível em: < <https://www.instagram.com/p/BI0jnG4nllk/> >. Acesso em: 20 ago. 2020.

Levar a câmera para dentro da aldeia, registrar atividades cotidianas que acontecem nesse espaço, também contribui para narrar outras histórias sobre os povos; em perspectivas heterogêneas, que não podem obedecer a uma uniformização. A especificidade de uma existência humana é mostrada de maneira espontânea. Não são “índios/indígenas” que figuram a imagem; são homens Xakriabá em uma atividade que demonstra um modo de ser e estar no mundo.

Criação de novas narrativas

A ordem narrativa ditada pelo olhar europeu classificou diferentes povos em um bloco racializado, único, homogêneo e imutável: “índios/indígenas”. Trata-se de uma invenção para apagar as diferenças que cada denominação étnica própria já simbolizava. Em práticas representacionais midiáticas e literárias, por vezes a estratégia de estereotipagem ainda é reforçada, mostrando discursivamente que os “índios/indígenas” devem atender a uma série de definições e características que lhes foram atribuídas. No repertório representacional dominante, além de serem compreendidos como unidade, os sujeitos devem estar em apenas um lugar (a aldeia) e afastados da contemporaneidade. Cristalizar e exotizar a imagem dos sujeitos consiste em um processo de estereotipagem que atende a um projeto colonial.

De que maneira questionar essas práticas representacionais? Como criar novas narrativas? Os próprios indígenas estão empenhados nessa tarefa, cada vez mais se apropriando de instrumentos e espaços que lhes permitam tecer histórias plurais sobre suas identidades e povos. Nesse caminho, Edgar Kanaykõ começou a trabalhar com a fotografia, audiovisual e a produção de conhecimento na universidade.

Kanaykõ registra pessoas, de diferentes comunidades, na cidade e também na aldeia. Seja a mulher Xukurú-Karirí com o celular e o cocar em Brasília; ou homens Xakriabá se pintando dentro de seu território, há uma necessidade de mostrar os indígenas como sujeitos contemporâneos, com perspectivas identitárias múltiplas. A ideia é deslocar os velhos significados e produzir novos, dessa vez com a participação ativa dos sujeitos construindo narrativas sobre si.

Referências

- BANIWA, G. L. **O Índio Brasileiro**: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.
- HALL, S. “Raça, um significante flutuante”. (1997) Trad. Liv Sovik. Revista **Z Cultural**. Ano VIII, nº 2, [2013]. Disponível em: <<http://revistazcultural.pacc.ufrj.br/?ano=4&edicao=27>>. Acesso em: 7 jul. 2020.
- _____. **Cultura e representação**. Arthur Ituassu (org.). Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016.
- KAYAPÓ, E. Literatura Indígena e reencantamento dos corações. **LEETRA Indígena**. Vol. 2, n. 2, 2013 - São Carlos: SP: Universidade Federal de São Carlos, Laboratório de Linguagens LEETRA.
- KANAYKÕ, E. Olhar que atravessa a lente. Entrevista concedida a Teresa Sanches. **Boletim UFMG**, ano 46, fevereiro de 2020. Disponível em: <https://ufmg.br/storage/8/2/5/9/8259c24009843ce5378619a2e1d81168_15815134279962_1924648022.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2020.
- _____. Olhares indígenas [Xukurú Karirí], em Brasília, publicado em: 17 jun. 2018. **Instagram**. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/BkIXzCYn77N/>>. Acesso em: 20 ago. 2020.
- _____. Pintura corporal Xakriabá, em Terra Indígena Xakriabá, publicado em: 29 jul. 2018. **Instagram**. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/B10jnG4nllk/>>. Acesso em: 20 ago. 2020.
- KRENAK, A. A potência do sujeito coletivo. Entrevista concedida a Jailson de Souza e Silva. **Revista Periferias**, v. 1, n. 1, 2018. Disponível em: <<https://revistaperiferias.org/materia/ailton-krenak-a-potencia-do-sujeito-coletivo-parte-ii/?ided=23&pdf=160>>. Acesso em: 10 ago. 2020.
- MILANEZ, F.; e colaboradores. Existência e diferença: o racismo contra os povos indígenas. **Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, Vol. 10, N. 03, 2019. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/43886>>. Acesso em: 11 ago. 2020.
- XAKRIABÁ, C. **O Barro, o Genipapo e o Giz no fazer epistemológico de Autoria Xakriabá**: reativação da memória por uma educação territorializada. Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais (MESPT). Brasília - DF, 2018.

Recebido em 31 de agosto de 2020
Aprovado em 15 de outubro de 2020